Proc. TC-023.954/2013-2
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial autuada por força do Acórdão n.º 7.902/2012-TCU-2.ª Câmara, em vista de irregularidades no processamento do Pregão Presencial n.º 154/2010, realizado pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins/SSP-TO com vistas à aquisição de doze veículos utilitários destinados a Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher, tendo por responsáveis o Senhor Juscelino Cardoso da Mota, ex-secretário da pasta, e a empresa MCM Comércio de Automóveis Ltda. – Concessionária Sorbonne, fornecedora dos referidos bens. A referida aquisição se deu no âmbito do Convênio n.º 311/2009/SPM/PR, firmado entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e a SSP-TO, com vistas ao reaparelhamento daquelas delegacias especializadas.

2. As irregularidades em exame – indícios de direcionamento da licitação e de superfaturamento – ensejaram a audiência do gestor acima nominado, bem como sua citação em solidariedade com a empresa, em face do débito apurado pela Secex/TO em R\$ 85.200,00. Esse valor foi estimado a partir da diferença entre o valor de aquisição de cada veículo (R\$ 55.700,00, em dezembro/2010 – conforme peça 16, p. 16-28) e o valor de mercado, adotado, conservadoramente, o maior valor dentre as referências obtidas (R\$ 48.600,00, consoante cotação de preço fornecida pela própria concessionária ao auditor do TCU em maio/2012 – peça 7).

3. Em sua defesa, o gestor argumentou, essencialmente, que exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública no período de 22/11 a 31/12/2010, tendo participado somente da homologação do Pregão Presencial n.º 154/2010, não podendo ser responsabilizado pelas irregularidades praticadas em seu processamento. Acrescentou que foi instado a homologar o certame em caráter de urgência, sob pena de perder recursos que, se não utilizados, seriam devolvidos aos cofres federais até o final daquele ano. De seu lado, a empresa concessionária anotou que a proposta de preço por ela apresentada estava aderente aos valores praticados no mercado. Argumentou, também, que o modelo do veículo fornecido à SSP-TO deixou de ser produzido em maio de 2012, razão pela qual sua comercialização nos meses antecedentes se deu com descontos especiais, condição que também teria sido praticada na cotação de preço obtida pelo auditor do TCU junto àquela concessionária e utilizada para estimativa do débito (peças 18, 32 e 33).

4. A Secex-TO, após rechaçar os argumentos manejados pelos responsáveis, propôs o julgamento pela irregularidade das contas do Senhor Juscelino Cardoso da Mota, condenando-o solidariamente à empresa MCM Comércio de Automóveis Ltda. ao ressarcimento do débito de R\$ 85.200,00, bem como aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992 (peças 41/42).

II

5. Com efeito, não merece acolhida o argumento do Senhor Juscelino Cardoso da Mota de que apenas homologou o certame, pois o edital do Pregão Presencial foi lançado em 7/12/2010 e a sessão pública se realizou em 20/12/2010 (peça 14, p. 29-36). Portanto, ao menos a fase externa do procedimento se deu já sob sua gestão. Ademais, ainda que sua participação tivesse se restringido à homologação da licitação, caberia a ele avaliar a regularidade de todo o processo, conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência da Corte de Contas.

6. Nesse sentido, as circunstâncias do caso caracterizam, ao menos, a conduta negligente do gestor em se desincumbir desse mister. Primeiro, em vista da opção pelo pregão na modalidade presencial, em detrimento do modo eletrônico, indicado como preferencial pela legislação de regência, a qual contou com justificativas a nosso ver pouco consistentes: vencimento da senha pessoal da autoridade competente para conduzir a licitação no sistema Comprasnet, e urgência em se processar o certame, diante do iminente encerramento do exercício financeiro (peça 3, p. 46-47). Segundo, e especialmente

relevante, pela evidente ausência de competitividade do certame, que contou com apenas um licitante e resultou em aquisições a preços não vantajosos para a Administração, em vista da obtenção de desconto irrisório. O preço unitário inicialmente ofertado pela única licitante, de R\$ 58.800,00/veículo, superou o limite estipulado pela Administração (R\$ 55.720,00/veículo) e foi reduzido na fase de lance para meros R\$ 55.700,00.

7. Chama atenção, ainda, o fato de a proposta de preço inicial da empresa ter sido superior inclusive à cotação de preço por ela mesma apresentada à SSP-TO em agosto/2010, de 53.800,00/veículo, e que foi considerada pela Administração no cálculo do valor máximo de R\$ 55.720,00/veículo acima mencionado (peça 3, p. 6-10).

8. Diante de tal cenário, seria de se esperar que um gestor medianamente zeloso determinasse a anulação do certame viciado ou, ao menos, a reabertura da fase de lances para negociar com a empresa a redução dos preços até o valor originalmente orçado por ela.

9. De outro giro, há que se ponderar que o referencial de preço adotado pela Secex-TO para estimativa do débito não se mostra o mais adequado para o caso sob exame. A cotação de preço obtida em data muito posterior à aquisição dos veículos pela SSP/TO e com descontos especiais devido à descontinuidade de produção do modelo de veículo em questão compromete a validade dessa referência.

10. Assim, entende-se mais adequado que o débito solidário a ser imputado aos responsáveis tome por base a cotação de preço apresentada pela concessionária de veículos à Administração em agosto/2010, no valor unitário de R\$ 53.800,00. Isso porque seria de se esperar que, em um ambiente competitivo, a empresa ao menos fosse instada pela Administração a honrar essa proposta. O dano ao erário, nessas condições, passa a ser de R\$ 22.800,00.

III

11. Isso posto, considera-se necessário resgatar questão relativa ao não abatimento, no preço de aquisição dos veículos pela SSP/TO, do benefício fiscal de isenção do ICMS. Conforme registrado no Relatório de Auditoria à peça 2 (p. 10-11), a legislação tributária do estado do Tocantins assim dispõe em seu art. 2.º, inciso XXXIII, do Anexo Único ao Decreto n.º 2.912, de 29/12/2006:

Seção I - da Isenção por Prazo Indeterminado

Art. 2.º São isentos do ICMS:

XXXIII - as operações internas com veículos, quando adquiridos pelas Secretarias da Cidadania e Justiça, da Segurança Pública e da Fazenda, vinculadas a programas de reequipamento da polícia e da fiscalização estadual, observado o inciso I do art. 19 deste Regulamento;(Convênio ICMS 34/92 e 56/00)

12. Tal isenção tributária resultaria em aquisições a valores ainda mais baixos do que os praticados no Pregão n.º 154/2010. A despeito disso, considerou-se, à época da auditoria, não ter sido concedido o benefício fiscal em tela e, por isso, deixou-se de considerar esse fato na apuração do débito que constou dos expedientes citatórios encaminhados aos responsáveis.

13. A esse respeito, verifica-se que as notas fiscais dos automóveis adquiridos pela Administração Pública Estadual informam que a base de cálculo total do ICMS e o valor do imposto incidente nessa transação foram nulos (peça 5, p. 17-28). Assim, os elementos presentes nos autos indicam que a empresa pode ter de fato se beneficiado da isenção fiscal sem, contudo, ter abatido o valor correspondente do preço de venda dos veículos, em prejuízo aos cofres públicos.

14. Em vista da materialidade dos valores envolvidos, entende-se que essa questão merece ser analisada com maior cautela. Assim, sugere-se a devolução dos autos à Secex-TO para reexame da matéria, procedendo ao cálculo dessa parcela do prejuízo e à renovação da citação dos responsáveis, caso reste caracterizado o indício de irregularidade em discussão.

IV

15. Pelas razões aqui expostas, esta representante do Ministério Público manifesta-se, preliminarmente, pela restituição dos autos à Secex-TO para reanalisar o indício de irregularidade concernente às aquisições de veículos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins para

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Ministério Público

reaparelhamento de unidades policiais sem observar a isenção tributária quanto ao ICMS, estipulada no art. 2.º, inciso XXXIII, do Anexo Único ao Decreto Estadual n.º 2.912, de 29/12/2006. Sucessivamente, caso o Ministro-Relator entenda não ser oportuno o reexame dessa matéria, sugere-se o acolhimento parcial das alegações de defesa do Senhor Juscelino Cardoso da Mota e da empresa MCM Comércio de Automóveis Ltda. – Concessionária Sorbonne, julgando-se irregulares as contas especiais do gestor, condenando solidariamente os responsáveis ao ressarcimento de débito no valor de R\$ 22.800,00, bem como aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992.

Ministério Público, 17 de novembro de 2014.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral